

Cooperifa e 1daSul: mediação cultural e governo de condutas

Alexandre Arbex de Oliveira

Estudante de Ciências Sociais na PUC-SP, Brasil. Realizou pesquisa de Iniciação Científica sob orientação do Prof. Dr. Edson Passetti com o projeto “Cooperifa e 1daSul: produção cultural pelo resgate do orgulho e dignidade nas periferias paulistanas”, com bolsa CNPq, no interior do Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*. Contato: alexandre.arbex@gmail.com.

A década de 1990, na cidade de São Paulo, caracterizou-se como um período em que as *comunidades*¹ paulistanas receberam grande atenção e visibilidade da mídia. Nesse momento, aparições e ações sociais de artistas e agitadores periféricos

ligados ao Hip Hop produziram, coletivamente, discursos que perpassam e descrevem a realidade e a *conduta* vivida na periferia. A partir de características identificadas com a marginalidade social, imprimiram em suas músicas, poesias e, posteriormente, na literatura, uma forma de proposição de pautas para melhoria dessas localidades.

A visibilidade em relação ao valor cultural presente nessas regiões forma-se como resultado da produção cultural e engajamento político desses mediadores, de maneira a impetrar a consciência e a *conduta* com as quais participantes das respectivas comunidades deveriam se comprometer em favor dos problemas enfrentados pelas populações periféricas. Como expressão social,

¹ “A comunidade é o governo de todos sobre todos. Nela prepondera a obediência e se expressa, racionalmente, a vontade conservadora de uniformidade e nivelamento. Opera segundo uma gestão de poder individualizante e totalizadora, fazendo com que cada indivíduo participe ativamente do governo da comunidade na mesma proporção em que se torna polícia de si próprio e do alheio. A vida em comunidade é o princípio mais elementar de servidão, organizador histórico da política de grupos identitários. Seu amálgama é regido por valores morais de origem que determinam suas formas exemplares de conduta. A comunidade pode se constituir como um pequeno Estado no interior do próprio Estado, e na sociedade de controle, é uma das nomeações para guetos, periferias, favelas, subúrbios” (Nu-Sol, s/d).

política e cultural, *Cooperifa* e *1daSul* são grupos organizados com uma identidade comum e unidos por ideais de melhoria social. Para além de atores políticos, operam no sentido de resgatar valores e símbolos que caracterizem a periferia de maneira distinta ao discurso relativo somente à ausência de elementos socioculturais ligados à inclusão na sociedade.

Com a finalidade de afirmar o debate sobre a diversidade das formas e das dinâmicas sociais, econômicas e culturais na compreensão do que é uma favela, realizou-se pela ONG *Observatório de Favelas*, com apoio do BNDES e do Governo Federal, o seminário “O que é a favela, afinal?”, no qual afirmaram-se os seguintes pressupostos na caracterização dos espaços periféricos: “Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal; forte estigmatização sócio espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade; níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; edificações predominantemente caracterizadas pela

autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado; alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira; grau de vitimização das pessoas, sobretudo a letal, acima da média da cidade” (*Observatório das Favelas*, 2009: 3).

O argumento encontrado nos estudos das periferias de São Paulo foi o de que, por sua tardia urbanização, historicamente a cidade se caracterizou pela dualidade centro/periferia em sua configuração territorial. Em meados da década de 1940, a Administração Pública, em ação conjunta à iniciativa privada, iniciou um processo de higienização e sanitarismo que visava à eliminação dessas construções — tidas como perigosas devido ao risco de pestes e doenças e à falta de infraestrutura — em função da construção de habitações adequadas aos padrões de salubridade nas periferias da cidade (*Nascimento*, 2007: 75).

Portanto, ao mesmo tempo em que essa estetização do espaço e cotidiano periféricos resultou em um discurso

homogeneizante sobre práticas e problemas sociais, também traduz certo *ethos* formado em torno do Hip-Hop e das periferias. Neste, ser marginal significa participar de um universo único em que se incluem tanto a capacidade de enfrentar os decorrentes problemas sociais de quem vive ali, quanto pertencer a uma rede de sociabilidade em que se compartilham valores e costumes.

Para além do Hip Hop, o surgimento do movimento de literatura periférica dos escritores marginais tomou forma, em grande parte, a partir do lançamento de três edições especiais da revista *Caros Amigos/Literatura Marginal: a cultura da periferia*, organizadas pelo escritor e rapper Ferréz nos anos de 2001, 2002 e 2004. Nessa direção, animado pela valorização da atuação da chamada sociedade civil organizada, formou-se o movimento cultural *IdaSul* (“Somos todos um pela dignidade da Zona Sul”), encabeçado pelo mesmo escritor. O mediador anuncia como objetivo fazer com que os moradores tenham orgulho, dignidade e desejem transformar o lugar em que vivem,

o Capão Redondo, em um ambiente menos violento. Em sua marca de roupas, o símbolo presente nos artigos tem a proposta de os moradores da região abandonarem marcas usuais para fazer uso de algo que se identifique com a periferia, como marca da preservação da cultura dessa parte da população.

Em continuidade ao projeto em torno da *Literatura Marginal* formou-se a *Editora Selo Povo*, também empreendida por Ferréz com o objetivo de vender livros a preços populares como meio de estimular a continuidade na educação dos habitantes da periferia. Para isso, conta com o apoio de autores desse meio, como o poeta e agitador cultural Sérgio Vaz – idealizador do Sarau da Cooperifa em 2001, que deu origem a *Cooperifa* (Cooperativa Cultural da Periferia).

A ONG coordenada por Vaz atua especialmente na esfera político-cultural, por meio de sessões de cinema, eventos ligados à literatura e à promoção e defesa dos Direitos Humanos na contribuição com a erradicação da pobreza e falta de

estrutura social nas periferias, no sentido de sintonizar seus objetivos com as Metas do Milênio da ONU. Dessa maneira, acredita-se levar à periferia o que historicamente foi visto como arte e educação de elite e, assim, promover a luta pela autoestima e sentimento de pertencimento do povo da periferia em prol da melhoria dessas localidades.

Em sua organização política e econômica os movimentos se dizem autogestionários, produzindo um equívoco entre o conceito de autogestão e de produção cooperativa. Ressalta-se, nesse momento, que *autogestão* aparece como meio de expressar a necessidade de afirmação da dinâmica produção-consumo integralmente direcionada às regiões alegadas carentes, como algo produzido e consumido pela periferia². O uso

² Em diversos momentos, inclusive, com sentido antropofágico *Manifesto da Antropofagia Periférica*, assinado por Sérgio Vaz e Organização da Semana da Arte Moderna na periferia, em 2007: “A Periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor. Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune/Contra a arte patrocinada pelos que corrompem a liberdade de opção. Contra a arte fabricada para destruir o senso crítico, a emoção e a sensibilidade que nasce da múltipla escolha/A Arte que

equivocado da noção de autogestão se funda na adesão do exercício social-filantrópico às relações de trabalho e no desenvolvimento e participação de atores políticos, por meio de organizações não-governamentais, na administração privada e estatal do capital humano e de negócios sociais³.

A mutação histórica em torno da palavra periferia – agora chamada *comunidade* —, cumpriu um papel importante no fortalecimento de

liberta não pode vir da mão que escraviza”. Disponível em: <http://coleccionadordepedras.blogspot.com.br/2007/10/manifesto-da-antropofagia-perifrica.html> (consultado em 28/08/2013).

³ “O negócio social é caracterizado como uma ação social de mercado, ou seja, uma intervenção social que gera lucros, mas promove distribuição de renda e sustentabilidade econômica, em especial ao atingir as populações mais pobres ou identificadas como vulneráveis. Mesmo não indicado explicitamente, os negócios sociais estão preferencialmente em conformidade com as Metas do Milênio; a orientação geral responde, quase sempre, à primeira meta (“Erradicar a extrema pobreza e a fome”), enquanto as especificidades de cada projeto contemplam metas ligadas à sustentabilidade ambiental, o aumento da participação política de jovens e mulheres (também apresentada como empoderamento), com geração de renda e dignidade comunitária” (AUGUSTO, 2013: 94).

redes de articulação das organizações de diferentes lugares da cidade, para além de seus bairros de origem. Ao se assumir como um coletivo de arte periférica, o grupo estabelece uma conexão automática com outros coletivos de outras regiões, para além de uma ou outra experiência pontual, identificada como arte ou cultura de periferia na cidade. Associar a localidade a uma categoria mais ampla chamada periferia tornou os limites geográficos e territoriais algo menos delimitado e possibilitou, nesse contexto, ultrapassar os limites territoriais da vila ou do bairro comuns na identidade de guetos e pequenas comunidades.

Finalmente, a periferia e sua cultura particular, intermediada por artistas periféricos que se constituíram como sujeitos políticos – cidadãos responsáveis pelas demandas de suas *comunidades* – remetem às relações entre cultura e política tanto no que diz respeito a formulações de movimentos sociais, quanto sua ampliação para a produção artístico-cultural. Apontam para possíveis melhorias nas vidas dessas pessoas,

além disso, apresentam-se a fim de atuar na possibilidade de inversão desse discurso, objetivando definir e caracterizar a periferia, hoje, pelo que ela tem e que propicia a sua diferenciação com o centro. O que antes era uma falta a ser combatida, torna-se uma possibilidade de diferencial de mercado, capitalizando as expressões culturais construídas como típicas da periferia.

A Representação da UNESCO⁴ (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) no Brasil, em parceria com a London School of Economics (LSE), e as Fundações Itaú Cultural e Social, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o Afro Reggae e a CUFA (Central Única de Favelas), está conduzindo o projeto *Underground Sociabilities*⁵ para estudar formas de sociabilidade que continuam invisíveis e subterrâneas na esfera das sociedades convencionais. O principal objetivo da pesquisa é

⁴ <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/> (consultado em 26/08/2013).

⁵ <http://www.psych.lse.ac.uk/undergroundsociabilities/index.php> (consultado em 26/08/2013).

explorar os meios alternativos de integração e socialização que são desenvolvidos por comunidades que vivem em condições de extrema exclusão social e miséria.

Por meio de atividades artísticas, trabalham com comunidades classificadas como em situação de risco em um ambiente violento e desestruturado, onde objetiva-se redefinir sociabilidades e identidades. Aproveitam as tradições artísticas e culturais, conhecimentos e comportamentos locais presentes nas comunidades, assim como bens sociais, para trabalhar a autoestima e recuperar o sentimento de valor próprio perdido em meio à carência dessas localidades.

Na direção de alinhamento às agendas de metas dessas organizações planetárias que foi criado um instituto orientado para sistematizar e analisar as práticas sociais de gestão municipal e de participação popular. O *Pólis - O Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais* é uma ONG brasileira voltada para a produção de conhecimento relacionado à cidade e à cidadania, a

fim de apoiar e promover iniciativas de democratização da gestão pública municipal e a formulação de políticas sociais que tenham o objetivo voltado para a inclusão social⁶.

Além das ONGs, as autoridades municipais locais se encontram de acordo com as agendas de metas em relação à erradicação da pobreza, igualdade social e Direitos Humanos. Segundo minuta⁷ do projeto de Lei Municipal — decretado e promulgado em 23 de Agosto de 2002 pela então Prefeita do Município de São Paulo, Marta Suplicy —, as prioridades da política habitacional são, entre outras: moradia como *direito social*, prioridade para baixa renda, participação popular e *controle social*, estímulo à *autogestão*, respeito ao *meio ambiente*. Outros exemplos são

⁶ <http://www.polis.org.br/>
(consultado em 29/08/2013).

⁷ Plano Diretor Estratégico. LEI N° 13.430, de 13 de Setembro de 2002 (Projeto de Lei n° 290/02, do Executivo). Título II - Das políticas públicas: objetivos, diretrizes e ações estratégicas. Capítulo I - Do desenvolvimento Econômico e Social, Artigo 15 e Artigo 80 de Políticas e Desenvolvimento habitacional.

a Lei Rouanet ⁸ (Lei de Incentivo à Cultura nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991) e o recente trâmite do Vale Cultura⁹.

Uma das propostas da reforma na Rouanet é transformar o Fundo Nacional de Cultura (FNC) como fator principal no processo de financiamento à cultura. O Vale Cultura reforça o conjunto de políticas sociais destinadas às demandas das autoridades em gestão social e, por consequência, encontra-se de acordo com os referidos fóruns mundiais em prol dos Direitos Humanos e dos investimentos do setor público e privado. Nota-se, portanto, que o Estado, as referidas organizações e os movimentos político-culturais próprios da periferia, como *Cooperifa* e *IdaSul*, estão em conformidade estrita ao discurso das autoridades em agendas e programas humanitários planetários como a

⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm (consultado em 26/08/2013).

⁹ http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3x1R9iTn/content/vale-cultura-4/10883 (consultado em 27/08/2013).

ONU e suas extensões, o PNUD¹⁰ (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a UNESCO e o *Underground Sociabilities*.

O foco da narrativa se desloca para a periferia que se constitui como fator central na produção artístico-cultural e política. A despeito da dicotomia territorial e relacional dos primeiros estudos urbanos, é na produção de uma cultura identitária e voltada para as demandas de carência na melhoria de vida dos cidadãos que se coloca a periferia no centro. No centro dos investimentos de negócios sociais, no centro dos programas da ONU, via PNUD e UNESCO. Nessa inclusão diferencial, dissolve-se a dicotomia dos estudos urbanos para fazer com que as pessoas se sintam felizes na favela em que nasceram.

Uma vez estabelecida a cultura periférica, *ethos* em que se inclui um conjunto de usos e costumes, valores morais e físicos na tentativa de transformação das localidades, observa-se uma aceitação em relação a essa condição. O estabelecimento

¹⁰ <http://www.pnud.org.br/> (consultado em 27/08/2013).

do sentimento de pertencimento e orgulho de fazer parte de uma comunidade onde se alega relativa carência da presença do Estado faz com que se apaziguem os conflitos em favor de melhores condições. “Se capital, para crítica da economia política clássica, é propriedade dos meios de produção, afirmar que o conhecimento é na verdade *o motor mais poderoso da produção* é conferir uma dimensão intra e intersubjetiva ao capital como capital humano, permitindo a fabricação do *empreendedor de si*”. (AUGUSTO, 2013; 91). Desta maneira, as ações sociais se caracterizam como empresas voltadas para os negócios sociais, o que colabora na formação de um sujeito empreendedor de si e que capitaliza sua própria carência.

Bibliografia:

- AUGUSTO, Acácio. (2013) “Penalizações a céu aberto: um política planetária”. In: *Revista Ecopolítica*, v. 4. São Paulo: Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica*. <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13062/9565> (consultado em 30/08/2013).
- CAROS AMIGOS (Suplemento Literário) (2001). *Literatura Marginal: a cultura da periferia: Ato I*. São Paulo: Editora Casa Amarela.
- CAROS AMIGOS (Suplemento Literário) (2002). *Literatura Marginal: a cultura da periferia: Ato II*. São Paulo: Editora Casa Amarela.
- CAROS AMIGOS (Suplemento Literário) (2004). *Literatura Marginal: a cultura da periferia: Ato III*. São Paulo: Editora Casa Amarela.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha. (2007) *Literatura Marginal: os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- NU-SOL (s/d). *Verbetes: abolicionismo penal libertário*. <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=58> (consultado em 25/08/2013)
- OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS (2009). *Seminário O que é a favela, afinal? — Caderno de textos*. Disponível em http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=seminario_o_que_e_a_favela_afinal.pdf (consultado em 20/03/2013).